

VI - O DIÁLOGO, A INTERSUBJETIVIDADE E A MENTE

A INTENCIONALIDADE E SUA DEPENDÊNCIA DA LINGUAGEM

Kuno Lorenz (Universidade de Saarland)
(Tradução de Maria Laura T. Mayrink-Sabinson)

Pesquisas recentes e intensivas sobre a comunicação não-verbal estabeleceram a communis opinio (pelo menos entre aqueles que tentam explicar os fenômenos lingüísticos dentro de um modelo pragmático da ação comunicativa) de que a referência a intenções é necessária para uma explicação adequada dos atos de fala básicos. Entretanto, mesmo admitindo-se uma maior adequação de tal modelo mentalista à descrição, e possivelmente à própria explicação, dos processos comunicativos que a de seus predecessores behavioristas, o problema central da metodologia filosófica moderna, ou seja, prover conjuntos efetivos de condições de verdade para as sentenças -- neste caso aquelas que contém expressões para conceitos mentais -- reaparece como um obstáculo aparentemente intransponível.

Este problema metodológico pode ser formulado de uma maneira mais geral: a metalinguagem científica, explicitamente desenvolvida para a tarefa de compreender a base pragmática da linguagem-objeto ordinária, carrega seus traços pragmáticos próprios. Assim, para ser pragmaticamente consistente, ela deve já expressar aquilo que está para descrever, ou, para usar termos wittgensteinianos, ela precisa mostrar o que vai dizer ao dizê-lo. Portanto, não se pode partir de construções conceituais que se baseiem em conceitos tais como 'ação', 'desejo', 'crença', e semelhantes, para definir o conceito de 'ação-signo convencional' como uma explicação potencialmente adequada de um 'ato de fala' (cf. Meggle, 1981). Essas construções todas se apoiam na sua adequação descritiva, graduada, aos fenômenos assim conceitualizados. Tal adequação, entretanto, só pode ser intuita se se deseja evitar uma regressão infinita a construções conceituais adicionais.

Uma alternativa possível é tentar apresentar os próprios objetos de interesse, por exemplo, produzindo exemplos de atos de fala científicos, acompanhando-os da afirmação de que qualquer um é capaz de 'ver' seus traços paradigmáticos. Esta abordagem não é, no entanto, satisfatória quer no caso de atos de fala quer no de ações em geral: produzir não garante compreender (no sentido mais fraco de 'ser capaz de reproduzir'). Uma outra alternativa (a saber, tentar dividir as ações em suas partes, a partir das quais se reconstituam as ações originais) leva igualmente a um beco sem saída. Embora tal procedimento nos permita dar uma explicação à estrutura interna

de uma ação mostrando-a, e não dizendo-a, uma compreensão das ações constituintes seria ainda pressuposta (Schneider, 1975).

Ambs os procedimentos são portanto insuficientes para nos levar a um conhecimento completo de nossas habilidades lingüísticas. O primeiro pode ser denominado a abordagem descritiva, uma vez que todas as ações (=construções) aparecem apenas no nível conceitual. A segunda abordagem se denominará construtiva, porque requer uma compreensão dos elementos e dos passos que levam a ações estruturadas.

Um exemplo lógico e simples das abordagens descritiva e construtiva, respectivamente, será útil aqui. Tomemos uma fórmula logicamente composta, por exemplo $A \Leftrightarrow a \wedge b$. É possível descrever esta fórmula usando a descrição definida $\lambda_x U(x)$, por meio de uma certa forma proposicional $U(x)$ sobre o domínio das expressões, onde $U(x)$ é definido por: $U(x) \Leftrightarrow x$ é linearmente composto de a, \wedge, \neg, b nesta ordem.

Pode-se ainda axiomatizar esta noção sintática de composição linear (=concatenação), de tal maneira que a resposta à questão da existência ou não de $\lambda_x U(x)$ pode ser dada em termos de derivação lógica a partir dos axiomas.

Alternativamente, pode-se simplesmente construir a fórmula A segundo as regras de um cálculo adequado à formação de fórmulas bem-formadas.

Enquanto a abordagem descritiva ('dizer') requer prova da existência (única) do objeto descrito, a abordagem construtiva ('mostrar') é por si mesma a prova da existência do objeto construído. Ambas as abordagens se baseiam na concatenação: no primeiro caso, precisamos conhecer o conceito de concatenação, e onde e como aplicá-lo; no segundo, seguimos as regras, isto é, precisamos entender as regras de concatenação para sermos capazes de concatenar.

Denomino um domínio completo da primeira abordagem de metacompetência: esta consiste em conhecer os meios de assegurar a verdade de proposições sobre objetos. Um domínio completo da segunda abordagem seria a objetocompetência (object-competence), isto é, o conhecimento dos objetos por suas representações adequadas.

A objeto-competência só pode ser adquirida na presença dos objetos em questão. Quer construamos literalmente os objetos, quer apenas os percebamos, lidar com objetos inclui os atos de fala apropriados para que se possa travar conhecimento com eles. O uso de atos de fala aqui é um caso de fala de acompanhamento (accompanying speech) (linguagem engastada na atividade humana) não de fala a respeito de algo, como no nível da metacompetência.

A meta-competência, por outro lado, aparece primariamente na ausência dos respectivos objetos: ela é precisamente o instrumento, a nível de signos, que serve para contrabalançar a falta de 'conhecimento por familiaridade' (acquaintance) (Russell, 1963), substituindo-o pelo 'conhecimento por descrição'.

A questão seguinte é a da interrelação destes dois tipos de conhecimento. Usando a terminologia de Granger (1986), eles podem ser entendidos aproximadamente como resultado do discurso 'didático' e do discurso 'epididático' ¹, respectivamente, desde que todas as ações adicionais relevantes, inclusive não-lingüísticas, tais como organizar experimentos, traçar esboços, andar em roda para chamar a atenção para

alguma coisa, etc, sejam devidamente incluídas em tais discursos. Percebermos como a meta-competência depende da objeto-competência: sem esta última, não pode-se garantir que nossos instrumentos lingüísticos retenham seu significado próprio, podendo inclusive perdê-lo totalmente. (Isto de fato explica porque critiquei acima o uso de conceitos mentais na explicação conceitual de atos básicos). A objeto-competência por sua vez, depende da meta-competência, uma vez que, sem ela, os parceiros em comunicação perderão sua percepção do sucesso ou fracasso ao se comunicar (o que serve para ilustrar as deficiências da abordagem construtiva).

Portanto, não é suficiente fornecer simplesmente uma construção de certos objetos (= proposições) a nível de linguagem, como na abordagem descritiva. É de importância crucial considerar sua 'relação' ao nível objeto, para assegurar sua verdade. Correlativamente, os objetos não podem ser representados a nível objeto: sua representação depende também dos meios lingüísticos que nos permitem descrevê-los de modo preciso, determinando-os assim.

A interrelação da meta-competência e da objeto-competência pode ser compreendida como a relação entre responder as perguntas sobre 'o que é verdadeiro' e responder a perguntas sobre 'o que existe'. Estas são as versões epistemológica e ontológica, respectivamente, da questão de como os dois níveis, o dos objetos e dos signos, o do mundo e o da linguagem se separam e se unem no domínio que eu gostaria de rotular, usando a expressão de Wittgenstein, o domínio dos jogos de linguagem (tanto ordinária quanto científica)². Isto está em acordo com a metacologia pragmática de C.S. Peirce, segundo a qual a construção de uma teoria dos signos é um esforço combinado: envolve uma teoria da designação assim como uma teoria dos designata (Peirce, 1931-1963: 5.257).

Tentei, em trabalhos anteriores (Lorenz 1970, 1980 e 1981), desenvolver tal teoria dos jogos de linguagem, baseando-me em idéias de G.H. Mead (mas elaboradas semioticamente). Meu ponto de partida é um modelo de uma situação de diálogo em que duas pessoas estão engajadas em ensinar e aprender. Tudo o que fazem se resume em repetir e imitar de forma que inicialmente nenhuma diferenciação de ator e ação, ou de ação e resultado de ação ocorre (com o objetivo de evitar associações errôneas, utilizarei o termo 'pré-ação' para caracterizar este estado inicial).

Deste ponto de partida, isto é, uma espécie de comunicação não-verbal e primitiva, tem lugar o desenvolvimento tanto da linguagem ordinária quanto da linguagem científica. Durante o trabalho de construção da linguagem científica, por assim dizer, superpondo-se à linguagem mais elementar (e obviamente fictícia) que se refere unicamente a 'pré-ações', decidimos já sobre a maior parte do que, mais tarde, será tratado como pressuposições lógicas e ontológicas de uma linguagem - o que Bach (1981) chamou a 'metafísica de uma linguagem natural em uso'.

O problema da descrição deste processo posterior de reconstrução é que a linguagem da descrição é alguma linguagem natural 'padrão', já em uso e que, por isso, é muito mais desenvolvida, sintática e semanticamente, do que a linguagem a ser descrita enquanto ainda está no processo de sua construção.

Portanto, se queremos dar conta desta construção adequadamente, será necessário introduzir certos mecanismos que garantirão que a descrição em cada estágio não dependa daqueles traços da estrutura sintática e semântica da linguagem da descrição, os quais ainda não pertencem à estrutura da linguagem construída. Por exemplo, a diferença entre termos particulares e gerais dentro da linguagem da descrição não deveria ser relevante na descrição do estágio de construção, em que a linguagem elementar, fictícia, se refere unicamente a 'pré-ações'. Esta diferença deveria ser explicitamente introduzida na linguagem elementar. Para esse fim, eu introduzirei a distinção particular/geral no nível elementar de ações não-analisadas como sendo a distinção entre esquema e realização. Estes termos descritivos referem-se a diferenças tais como as existentes entre uma vez, uma vez mais, ainda mais uma vez..., que são adquiridas de maneira prática em situações de imitação repetitiva (= repetição imitativa) a respeito de qualquer 'pré-ação'³.

Os signos lingüísticos são os meios que gradualmente desenvolvemos, no decorrer de nossa evolução, para articular a dependência mútua de esquema e realização com respeito a qualquer 'pré-ação'. Torna-se possível dizer qual objeto geral pertence a qual objeto particular, isto é, que conceito cobre um certo exemplo ou por qual exemplo certo conceito é exemplificado. Através da linguagem, algo particular atua como um símbolo de algo geral -- um 'dictum' Peirceano --- e, inversamente: através da linguagem, algo geral atua como um aspecto de algo particular; esta última é do que trata a tradição hermenêutica na filosofia da linguagem.

Em outras palavras: baseando-nos nos diferentes pontos de vista dos dois indivíduos apresentados acima na discussão das 'pré-ações', podemos fazer a distinção da seguinte maneira: a primeira pessoa desempenha uma 'pré-ação', a outra pessoa reconhece (=compreende) esta mesma 'pré-ação'. Este processo de reconhecimento nada mais é que tratar a realização reconhecida da mesma maneira que os desempenhos produzidos anteriormente durante a situação de ensino-aprendizagem. Atingimos assim a capacidade de articular a identidade de 'pré-ação', que é comum a todos os diferentes pontos de vista a respeito do desempenho.

Usando alguns resultados recentes de Goodman (1978), podemos dizer que o reconhecimento não é mais que um caso de citação: reconheceremos uma 'pré-ação' desempenhando outra 'pré-ação' (geralmente perceptual) com a 'pré-ação' original como seu objeto. Por exemplo, pode-se citar a natação imitando o ato de nadar, ou, num estágio posterior, produzindo o enunciado nadar. Este uso de desempenho vocal é uma ação-signo, mas não ainda uma ação-signo verbal. Para se alcançar este estágio final, necessitamos cortar os laços que mantêm as ações-signos, ligadas como sintomas, às entidades que elas significam como partes, tornando-as 'pré-ações' de si mesmas, tornando-as símbolos.

É um fato empírico a respeito da subespécie homo sapiens sapiens que suas 'pré-ações' vocais, mais que seus gestos ou outro comportamento, evoluíram historicamente chegando a 'pré-ações' independentes, naquilo que conhecemos atualmente como expressões lingüísticas. Como símbolos para 'pré-ações' (aqui no sentido geral

de 'totalidades', abrangendo todos os pontos de vista do desempenho como partes), estas 'pré-ações vocais' serão chamadas articuladores. Este termo acentua o fato de que elas não mostram ainda nenhuma das diferenciações familiares que caracterizam as expressões lingüísticas, incluindo aquelas entre palavra e sentença, e entre classes de palavras diferentes. Devemos ter em mente, além disso, que, durante a evolução natural e social da humanidade, estas 'pré-ações vocais' devem ter-se afigurado (pelo menos no início) como algo artificialmente adicionado às 'pré-ações', como rótulos de identificação externos que permitem reconhecê-las, comparáveis, por exemplo, ao uso de anéis na identificação de pássaros individuais.

Como antes, os 'articuladores' são aqui também introduzidos através de situações de ensino-aprendizagem de nível mais alto, em particular pelo que se conhece como o ato de fala de predicação. A função resultante de um 'articulador' como um símbolo de uma 'pré-ação' é permitir a realização (um certo ponto de vista de desempenho) das 'pré-ações', a ser entendida, na presença do 'articulador', como uma realização exatamente daquele esquema de 'pré-ação', sem que seja necessário recorrer, naquele momento a uma introdução da 'pré-ação' uma situação de ensino-aprendizagem.

Nosso domínio totalmente desenvolvido da linguagem tende a esconder o próprio processo pelo qual adquirimos este domínio: este processo intimamente entrelaçado com o diálogo como desempenho e reconhecimento de ações e 'pré-ações'. Para corroborar isto, eu poderia acrescentar a afirmação bem fundamentada de Davidson (1980:236) de que: "há muitas razões para afirmar ... que estabelecer a correção de uma atribuição de crença não é mais fácil que interpretar a fala de um homem", ou mesmo, como Davidson afirma explicitamente pouco depois, que, "ambos os problemas são idênticos" (236). Suponha agora que o mesmo se mantém, mutatis mutandis, para os desejos; a tarefa que nos resta é a de introduzir as intenções em nível tão básico como aquelas no qual as ações ('pré-ações') são desempenhadas e reconhecidas, isto é, no nível das ações e ações-signos, onde já se tornou seguro usar 'articuladores'. Se consideramos P o 'articulador' de uma tal ('pré') ação (podemos pensar no 'buscar lajotas' do exemplo famoso de um jogo de linguagem no § 2 das Investigações Filosóficas de Wittgenstein), o procedimento teria grosseiramente o seguinte resultado: duas pessoas aprenderam que enunciar P, isto é, um desempenho da ação-signo P por uma pessoa, é seguido por um desempenho de uma ação P pela outra; o segundo desempenho será chamado a intenção do primeiro. O tratamento de 'intenção' como um predicado de dois lugares sobre desempenhos, onde um desempenho é o desempenho de uma ação-signo, provaria, então, que falar de intenções depende da disponibilidade de ações-signos.

Concluirei minha apresentação com algumas indicações apenas esboçadas sobre como obter este resultado ⁴. Inicialmente, devemos lembrar que desempenhar uma ação-signo é basicamente um reconhecimento de uma ação que não é ela mesma desempenhada mas, como dito anteriormente, tornada disponível quando escolheros um ponto de vista de desempenho. Podemos inclusive nos observar ao fazer algo; nós sempre agimos e 'atuamos' (como num palco) ao mesmo tempo.

Em seguida podemos distinguir duas ordenações a respeito dos dois de-

desempenhos de uma ação e de sua articulação, a ação-signo. Quando o desempenho de uma ação-signo sucede o desempenho da ação, a ação-signo aparece como uma afirmação P.; quando esta ordem é invertida, a ação-signo aparece como uma ordem: P!. Conseguimos, então, duas direções de adequação básicas que podem ser usadas na classificação de atos de fala. Agora, devemos estar cientes de que fazer uma afirmação (‘dizer’) pode ser considerado expressar (‘mostrar’) uma habilidade (própria ou alheia), ou seja, aquela de desempenhar uma ação. A ação em questão é precisamente aquela da qual se declarou que um exemplo ocorreu; de modo análogo, pode-se dizer que emitir uma ordem pressupõe a habilidade correspondente.

Da mesma forma, e finalmente, usando o meta-predicado constativo afirmar e o meta-predicado diretivo fazer com que aplicados à sentença núcleo Isto é P, podemos derivar corretamente a representação lingüística dos dois atos de fala em questão, ou seja, o constativo: Eu afirmo é P, e o diretivo: Você faça com que isto seja P. Além disso, esses atos de fala podem ocorrer como razões para a afirmação P. e a ordem P! respectivamente; e (como afirmações que necessitam razões são denominadas asserções, e ordens necessitando razões obrigações) o diretivo é uma razão para a asserção P., no sentido em que posso demonstrar que um estado de coisas é realizado através do diretivo; dessa forma este uso do diretivo é também uma explicação.

Da mesma forma, o constativo é uma razão para a obrigação P!, no sentido de que posso tornar o conteúdo de uma ordem manifesto por mostrar minha habilidade de executá-la; desta forma, este uso do constativo é também uma regulação.

Embora os dois casos acima, explicação e regulação, tenham sido tratados apenas de forma bastante primitiva, espero ter-lhes dado uma idéia de como construções e descrições podem ser interrelacionadas através da introdução de jogos de linguagem tanto de modo pragmático quanto de modo dialógico. Fazer isto nos permitirá incorporar os argumentos válidos apresentados pelas duas maneiras de explicar nossas habilidades lingüísticas: as abordagens behaviorista e mentalista.

NOTAS

- 1 - Observe-se que seus outros tipos de discurso, polêmico e heurístico, não resultam em conhecimento.
- 2 - Jogo de linguagem é tomado aqui no sentido amplo, naturalmente, incluindo traços lingüísticos e não-lingüísticos, entre os últimos, o de ‘conteúdo’, representando atividades não-lingüísticas.
- 3 - Obviamente, tais ‘pré-ações’ são o equivalente pragmático dos ‘traços universais’ (feature universals) de Strawson (1959), pelo menos no que diz respeito a seu aspecto geral; a apresentação de Strawson, no entanto, omite seu aspecto particular como algo em igualdade de condições com o aspecto geral das ‘pré-ações’.

4 - Para algumas distinções importantes ao 'definir' ações e objetos em termos de 'pré-ações' ou ao 'dividir' a classe dos articuladores em nominadores (termos singulares) e predicadores (termos gerais), com que não é possível lidar aqui, remeto o leitor a minhas publicações mencionadas acima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACH, E. 1981 "Beyond formal semantics". Paper read at the International Encounter on the Philosophy of Language, Campinas-SP, Brazil.

DAVIDSON, D. 1980 "Psychology as philosophy". In D. Davidson. Essays on actions and events. Oxford: Clarendon Press, 229-239.

GOODMAN, N. 1978 Ways of worldmaking. Hassocks. Sussex: The Harvester Press.

GRANGER, G. 1986 "Discutir ou convencer". Neste volume, p. 105-116.

LORENZ, K. 1970 Elemente der Sprachkritik: Eine Alternative zum Dogmatismus und Skeptizismus in der analytischen Philosophie. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

_____ 1980 "Sprachphilosophie". In H.P. Althaus, H. Henne, H.E. Wiegand (eds.). Lexikon der germanistischen Linguistik. Tübingen: Max Niemeyer, 1-28.

_____ 1981 "Semiotic stages in the genesis of individuals". Fundamenta Scientiae 2:1.45-53.

MEGGLE, G. 1981 Grundbegriffe der Kommunikation. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

PEIRCE, C. 1931-1963 Collected papers I-VI, edited by C. Hartshorne and P. Weiss. Cambridge. Mass.: Harvard University Press.

RUSSEL, B. 1963 "Knowledge by acquaintance and knowledge by description". In B. Russel. Mysticism and logic and other essays. London: George Allen and Unwin, 152-167.

SCHNEIDER, H.J. 1975 Pragmatik als Basis von Semantik und Syntax. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

STRAWSON, P.F. 1959 Individuals: An essay in descriptive metaphysics. London: Methuen and Co..